

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 419.922 - MG (2013/0361434-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EDGARD DE ANDRADE ROCHA FILHO
ADVOGADOS : BERNARDO RIBEIRO CAMARA - MG076740
JULIO CEZAR LIMA SILVA FRAIZ E OUTRO(S) - MG142145
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : LUIZ CARLOS PEREIRA ROCHA E OUTRO(S) - MG059144
INTERES. : MANUELA ORTEGA GIMENEZ SANGALETTI
INTERES. : ALAOR SANGALETTI

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EDGARD DE ANDRADE ROCHA FILHO, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 464-466, e-STJ).

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado (fl. 328, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXTINÇÃO DO PROCESSO - REALIZAÇÃO DE ACORDO - PERDA DE OBJETO - RECURSO PREJUDICADO. Havendo notícia de que o feito originário foi extinto, é evidente a falta de interesse recursal, restando prejudicada a análise do agravo de instrumento. Recurso prejudicado.

Opostos embargos de declaração (fls. 339-352, e-STJ), estes foram rejeitados (fls. 366-370, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 375-396, e-STJ), o recorrente apontou ofensa aos seguintes dispositivos de lei federal: *(i) art. 535 do CPC/73*, ante a alegação de que o acórdão hostilizado teria restado omissivo ao deixar de se pronunciar sobre as questões suscitadas nos embargos de declaração; *(ii) art. 559 e 512 do CPC/73*, afirmando que *"Os referidos dispositivos legais foram contrariados pelo acórdão recorrido, uma vez que este considerou que "havendo notícia de que o feito originário foi extinto, é evidente a falta de interesse recursal, restando prejudicada a análise do agravo de instrumento."* (fl. 379 e-STJ), alegando, em resumo, que o julgamento do agravo de instrumento poderia vir a afetar a sentença - e não o contrário, ressaltando ter apresentado a mesma matéria em sede de recurso de apelação. Aduziu estar configurado o dissídio pretoriano

Contrarrazões (fls. 455-462, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, em razão de: *(a)* quanto a suposta afronta ao art. 535 do CPC/73, o Tribunal de origem entendeu que todas as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas e decididas pelo aresto não dando margem à omissão; *(b)* quanto aos arts. 473, 512 e 559 do CPC/73, afirmou o Tribunal *a quo* que diante da situação fática e do direito aplicado a Câmara Julgadora apresentou interpretação não apenas razoável, mas própria e fundamentada, reconhecendo que a decisão impugnada não violou qualquer disposição legal; *(c)* no que

tange o dissídio jurisprudencial verificou-se pela Corte Estadual a ausência da perfeita similitude entre os paradigmas colacionados.

Dai o presente agravo (fls. 469-487, e-STJ), no qual o insurgente, buscando destrancar o processamento da insurgência, refuta os óbices aplicados pela Corte de origem.

Contraminuta às fls. 490-499 (e-STJ).

É o relatório. Decide-se.

O reclamo não comporta provimento.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa aos artigos 458, inc. I e 535, inc. I e II, do CPC/73 quando o tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado contém erro de premissa de julgamento, pois o insurgente teria interesse em recorrer da decisão interlocutória. Verifica-se, no entanto, conforme os trechos a seguir citados, que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais decidiu de modo fundamentado as questões essenciais ao deslinde da controvérsia. Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. Inviável admitir o apelo no que toca às supostas afrontas aos artigos 473, 512 e 559 do CPC/73. Segundo a iterativa jurisprudência deste Tribunal Superior, a superveniência de sentença que, em cognição exauriente, analisa a matéria objeto do agravo de instrumento implica perda de objeto deste - e recursos dele decorrentes.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVADA. 1. A sentença de mérito transitada em julgado que, em cognição exauriente, afastou a aplicação dos ditames consumeristas na hipótese enseja a perda superveniente do objeto do recurso interposto contra acórdão proferido em agravo de instrumento no âmbito do qual se discutia a questão. Precedentes. 2. Agravo interno prejudicado, ante a perda superveniente do objeto. (AgInt no AREsp 783.905/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 04/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECURSO ESPECIAL EM QUE SE DISCUTE O RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO DO APELO ESPECIAL. 1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a superveniência de sentença na ação civil pública por ato de improbidade administrativa torna prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que, ao apreciar agravo de instrumento, confirma o recebimento da petição inicial, deslocando-se para eventual apelação as discussões atinentes ao mérito e à própria admissibilidade do feito (REsp 1.319.395/PE, Rel. Ministro Olindo Menezes, Primeira Turma, DJe 13/10/2015; AgInt no AgInt no REsp 1.505.258/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 16/2/2017; AgInt no REsp 1.545.842/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4/12/2017). 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 1217535/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 23/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. LOCAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO. LIMINAR CONCEDIDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DA SENTENÇA CONFIRMATÓRIA DA LIMINAR. PERDA DE OBJETO. PRETENSÃO PREJUDICADA. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que a prolação de sentença no mérito, abarcando e confirmando a liminar concedida, torna prejudicado o recurso especial interposto contra o acórdão que examina o agravo de instrumento manejado contra referida liminar, desimportando a oposição de embargos de declaração contra a referida decisão. 2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1737132/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 30/08/2019)

Assim, o julgamento do agravo de instrumento deve anteceder o da apelação somente nas hipóteses em que, nos termos da legislação processual, a decisão submetida ao primeiro seja pressuposto de julgamento de mérito na sentença, de modo a evitar prejuízo à parte em virtude do fenômeno da preclusão. Veja-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE SEGURO DE VIDA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE VERSA SOBRE PRESCRIÇÃO E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO DE CONSUMO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO IMPUGNADA POR APELAÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DA UTILIDADE OU INTERESSE RECURSAL. INOCORRÊNCIA. QUESTÕES ANTECEDENTEMENTE LÓGICAS AO MÉRITO. PRESCRIÇÃO QUE PODE IMPEDIR OU CONDICIONAR O JULGAMENTO DE MÉRITO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE PODE DIRECIONAR O JULGAMENTO DO PEDIDO. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO DO AGRAVO E DA APELAÇÃO. ART. 946, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE VERSA SOBRE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO DE CONSUMO. CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO TANTO NAS HIPÓTESES DE REDISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA, QUANTO NAS DEMAIS MODIFICAÇÕES

JUDICIAIS DO ÔNUS DA PROVA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE VERSA SOBRE PRESCRIÇÃO. DECISÃO QUE VERSA SOBRE MÉRITO E QUE ABRANGE A DECISÃO QUE ACOLHE OU QUE REJEITA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO OU DA DECADÊNCIA. MULTA APLICADA NA ORIGEM POR AGRAVO INTERNO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU IMPROCEDENTE. DESCABIMENTO. PRETENSÃO RECURSAL PLAUSÍVEL, TANTO QUE ACOLHIDA NESTA CORTE. AGRAVO INTERNO, ADEMAIS, QUE ERA ÚNICO MEIO DE EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS E DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. [...].3- **Não há que se falar em perda superveniente do objeto (ou da utilidade ou do interesse no julgamento) do agravo de instrumento que impugna decisões interlocutórias que versaram sobre prescrição e sobre distribuição judicial do ônus da prova** quando sobrevém sentença de mérito que é objeto de apelação, na medida em que ambas são questões antecedentemente lógicas ao mérito da causa, seja porque a prescrição tem aptidão para fulminar, total ou parcialmente, a pretensão deduzida pelo autor, de modo a impedir o julgamento do pedido ou, ao menos, a direcionar o modo pelo qual o pedido deverá ser julgado, seja porque a correta distribuição do ônus da prova poderá, de igual modo, influenciar o modo de julgamento do pedido, sobretudo nas hipóteses em que o desfecho da controvérsia se der pela insuficiência de provas e pela impossibilidade de elucidação do cenário fático. [...] 8- Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1831257/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 22/11/2019)

Segundo os autos, a Corte de origem julgou prejudicado o agravo de instrumento manejado pelo insurgente, pois constatou a extinção do feito executivo por força de transação entre as partes (art. 794, inc. II, do CPC/73), da qual constava expressamente que os honorários advocatícios haviam sido quitados. Esclareceu, ainda, que a controvérsia acerca dos honorários devidos ao insurgente seria discutida em sede de recurso de apelação já interposto.

Cita-se o excerto correspondente (fls. 330-332 e-STJ, sem grifos no original):

Inicialmente, compulsando os autos, **verifico irressignar o agravante contra decisão que indeferiu o pedido de intimação da instituição financeira agravada para se abster de receber os honorários fixados no despacho inicial do feito ou até mesmo de celebrar acordo relativo a eles**, invocando o disposto no contrato celebrado entre as partes.

Com efeito, entendo não merecer prosperar o presente recurso, tendo em vista a perda do objeto, o que caracteriza, a meu ver, a falta de interesse recursal do agravante. É que, do cotejo da documentação coligida nos autos, verifico que a lide originária foi extinta, nos termos do art. 794, II, do CPC, restando assim decidido pelo magistrado *a quo* (fl. 276)

"Ante a informação do pagamento do débito, mediante transação (ff. 253/254), julgo extinto o presente feito, nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil, desconstituindo a penhora realizada, oficiando-se ao Cartório respectivo para baixa.

Superior Tribunal de Justiça

Condeno o executado ao pagamento da custas processuais, remetendo-se os autos ao contador judicial para cálculo, intimando-o em seguida para quitação no prazo de quinze dias.

Os honorários advocatícios já foram acordados e acertados."

[...]

Ora, é sabido que o interesse recursal do requerente_ deve existir no momento em que a decisão é proferida. Este se caracteriza pela -_ necessidade da parte de ir ao juízo para alcançar a tutela pretendida, que deverá lhe trazer alguma utilidade do ponto de vista prático, o que não ocorre no caso em exame, tendo em vista o julgamento do feito.

[...]

Nesse contexto, com a prolação da sentença, a questão posta em discussão no agravo, perdeu seu objeto, não sendo mais possível neste Agravo de Instrumento o exame da pretensão buscada pelo agravante, qual seja, a reserva de numerário para pagamentos honorários dos advocatícios, sendo nesse sentido os seguintes precedentes jurisprudenciais:

[...]

Por fim, ressalto que a matéria debatida no presente agravo também é objeto da apelação interposta na lide originária, conforme documentos colacionados às fls. 279/285 TJ, devendo a questão ser decida por ocasião do julgamento de tal recurso.

O acórdão impugnado acompanhou a orientação firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça ao considerar prejudicado o agravo de instrumento em virtude da prolação de sentença abarcando a matéria discutida anteriormente na decisão interlocutória. Aplica-se, portanto, o óbice enunciado na Sumula 83/STJ: *Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*

3. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator